



## POLÍTICAS DE LETRAMENTO EM ANÁLISE

Alana Driziê Gonzatti dos Santos <sup>1</sup>

### RESUMO

As políticas de letramento no Brasil passam, historicamente, por mudanças, decorrentes, entre outros aspectos, de novas legislações e projetos de governo. Diante desse cenário, objetivamos levantar políticas públicas, programas e ações realizadas pelo Ministério da Educação (MEC) e suas secretarias, apontando atividades de letramento e analisando-as a partir dos critérios permanências, deslocamentos e rupturas. Esta pesquisa possui caráter documental, centrando-se em legislações brasileiras, como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além de documentos e informações disponibilizadas em canais oficiais do MEC acerca de ações vigentes. Baseia-se, teoricamente, nos estudos de letramento e no conceito de políticas públicas. Observamos a imprecisão vocabular na nomenclatura de ações governamentais, com entendimentos diversos a depender da secretaria em enfoque, além de tensões diante de mudanças de governo, que afetam bases teóricas, formas de implementação e resultados esperados para essas ações. No que tange a políticas de letramento, as ações em vigência silenciam esse conceito, indo de encontro a legislações e documentos norteadores, como a BNCC, ao tratar as práticas de linguagem a partir de critérios puramente cognitivos, o que gera retrocessos para o processo educacional.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Letramento. Educação.

---

<sup>1</sup> Professora das Práticas de Leitura e Escrita da Escola de Ciências e Tecnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutora em Estudos da Linguagem pela UFRN, [alana.drizie@ufrn.br](mailto:alana.drizie@ufrn.br);